



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2021

ARP nº 41/2021

PROCESSO nº. 0000835-28.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 23/2021(SRP)

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.426.527/0001-43, com sede na Avenida das Nações, 674 - Sala 02 - Bairro Parque novo oratório - CEP: 09.260-000 - Santo André/SP. Telefone(s): (11) 2598-3040 e (11) 94077-6101, E-mail(s): comercial@gyn.net.br, neste ato representada pelo senhor **LUIS GUSTAVO SONCINI**, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 46.285.390-1/SSP-SP e do CPF nº. 388.867.478-61, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	Item 11 do Edital. Memória portátil microcomputador. HD externo portátil, capacidade de armazenamento de 1TB, interface USB 3.0 (compatível com USB 2.0), alimentação via USB (mesmo cabo de dados), compatibilidade com	Unid.	30	354,41	10.632,30



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sistema Windows nas versões 10, 8.1 ou 7, tecnologia plug-and-play, conteúdo da embalagem: 1 HD Externo, 1 cabo USB. (CATMAT 394690). Marca: ADATA.				
Valor total da ARP, R\$				10.632,30

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados para aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Nota(s) de Empenho de Despesa.

1.3. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da(s) Nota(s) de Empenho de Despesa.

1.4. O material solicitado deverá ser entregue no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268 / 2051/ 2092 / 2000, observando que o horário normal de recebimento dos materiais é de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.6. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.7. A Gestão e a Fiscalização deste objeto serão realizadas pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.8. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de dezembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	LUIS GUSTAVO SONCINI Pela Adjudicatária Fornecedor
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/12/2021, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO SONCINI, Usuário Externo**, em 28/12/2021, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/12/2021, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/12/2021, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0775806** e o código CRC **7A74C26E**.

0000835-28.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0000835-28.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Final de Pregão Eletrônico - RP - contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 223 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado (SEALM), com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almoxarifado deste Tribunal, no exercício de 2021 e 2022 ([0512589](#)).

02. Após regular tramitação, o Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2021 e seus Anexos, aprovado por esta Assessoria Jurídica da Diretoria-geral (AJDG) - [0712845](#), foi publicado, conforme comprovantes das publicações juntadas aos autos ([0713343](#)). Contudo, a sessão do PE citado, agendada para 23/07/2021 às 14h30 (horário de Brasília), foi suspensa pela diretora geral em razão da necessidade de revisão e retificação no TR e Edital, como se verifica no Despacho nº 937/2021 –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/GABDG (0718390) e Aviso de suspensão publicado no DOU nº 139/2021 ([0718773](#)).

03. Diante disso, realizou-se os ajustes imprescindíveis no TR e a SLC elaborou uma nova minuta de edital ([0749176](#)) que foi aprovada por esta unidade no Parecer nº 181/2021 – PRES/DG/AJDG ([0753067](#)). Ainda, é importante registrar que, em virtude a limitação do sistema Comprasnet, não foi possível utilizar o mesmo número do pregão anterior (10/2021), portanto, a nova minuta converteu-se no Edital de PE nº 23/2021 ([0753550](#)),

04. Os documentos comprobatórios da divulgação deste último instrumento convocatório foram juntados no evento [0754376](#).

05. Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

06. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0760010](#));

b) Propostas das licitantes DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA ([0760951](#), [0760956](#) e [0760974](#)), EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA ([0760961](#) e [0760962](#)), ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA ([0760965](#) e [0760967](#)), M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES ([0760986](#), [0760988](#) e [0761619](#)), R R G DOS SANTOS ([0761036](#) e [0761654](#)), RRM SERVICOS E COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA ([0761040](#) e [0761650](#)), GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI ([0761613](#) e [0761614](#));

c) manifestações da unidade técnica – SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0760703](#) e [0761168](#));

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0761664](#), [0761666](#), [0761670](#), [0761673](#), [0761678](#), [0761682](#), [0761684](#), [0761701](#) e [0761704](#)).

07. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0762170](#)), o Resultado por Fornecedor ([0762173](#)), o Termo de Adjudicação ([0762171](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0762741](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Por fim, em seu Relatório nº 48/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0762588](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

09. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0762742](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021

10. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0754376](#)).

11. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

12. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0760010](#)) e na ata do certame ([0762170](#)). Não houve recusa de lances.

d) Fases de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame ([0762170](#)) e relatadas pelo Pregoeiro ([0762588](#)). As justificativas apresentadas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Item deserto: Para o item 10 não houve interessados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Item fracassado: Os itens 1 e 3 restaram fracassados, em razão de negociações infrutíferas.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA para o item 13 ([0761670](#)), EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA para o item 5 ([0761670](#)), ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA para o item 4 ([0761664](#)), M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES para os itens 2, 6, 7 e 8 ([0761684](#)), R R G DOS SANTOS para o item 4 ([0761701](#)), RRM SERVICOS E COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA para o item 16 ([0761704](#)), GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI para o item 11 ([0761678](#)), ALEX AUGUSTO FRAGA para os itens 9, 12 e 15 ([0761666](#)) e LSF COMERCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EIRELI ([0761682](#)).

Nesta etapa, o pregoeiro também registrou que o sistema constou a presença de ocorrência impeditivas indireta da empresa DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ nº 40.233.106/001-79 ([0761670](#)). No que diz respeito a esta funcionalidade do SICAF, convém transcrever a notícia veiculada no sítio eletrônico do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sucedido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG):

Para dar mais segurança aos gestores públicos e ampliar a transparência dos processos licitatórios realizados pelo governo federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) implantou uma nova funcionalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (...). Já na semana passada, o mecanismo tornou possível a verificação do CPF de todos os sócios de uma empresa. (...)

A regra implementada realiza o cruzamento de informações referentes a ocorrências impeditivas indiretas do fornecedor e visa evitar possível tentativa de burla à penalidade de inidoneidade e de impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública, por intermédio de constituição de outra sociedade empresarial, pertencente aos mesmos sócios e que atue na mesma área.

O Tribunal de Contas da União manifestou-se no Acórdão nº 1.831/2014 – Plenário e Acórdão 2.218/2011 - 1ª Câmara, nos quais considerou a possibilidade de extensão de sanção de inidoneidade a outra empresa, por ter havido tentativa de burla a penalidade outrora imposta, utilizando a Egrégia corte de contas do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

Deste modo, a informação apresentada no sistema serve apenas como um alerta, e deverá haver análise caso a caso para fins de comprovação de fraude a qual pode ser caracterizada, dentre outros motivos, por aqueles informados nos acórdãos supracitados.

Assim, constatado o alerta da restrição citada, devem ser avaliadas as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica exclusivamente com o intuito de possibilitar a burla da pena administrativa anteriormente aplicada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Havendo indícios suficientes, é necessária a convocação do fornecedor para se manifestar, garantindo a oportunidade de ampla defesa e o contraditório. Consequentemente caso se constate fraude, isso implicará na extensão da decisão pelo impedimento de contratar ao CNPJ consultado. (Disponível em: https://www.sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=11219&n=impedimento-indireto-no-sicaf. Acesso em: 20/10/2021)

Destarte, conclui-se que as licitantes com registro de ocorrência impeditiva indireta poderão ser contratadas (seja diretamente ou por meio de licitação), até mesmo porque esta ferramenta não tem o objetivo de obstaculizar as contratações públicas, mas sim alertar a Administração para que esta seja capaz de averiguar com precaução as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica puramente com intuito de possibilitar a burla aos efeitos da sanção aplicada anteriormente a outra empresa. Neste cenário, portanto, não haverá que se falar em habilitação, devendo ser instaurado o processo administrativo para apurar os fortes indícios de fraude, suspendendo o procedimento licitatório até resolução da celeuma ou, afastando cautelarmente esse licitante para apuração da conduta, sem prejuízo da continuidade da licitação com os demais, em razão de a paralisação do certame gerar graves riscos e prejuízos ao interesse público, à luz do princípio da indisponibilidade do interesse público.

No caso ventilado, o pregoeiro, após analisar os dados elencadas no tópico 5.4 de seu relatório (0762588), entendeu não haver elementos suficientes para configurar possível tentativa de burla à penalidade de suspensão temporária da empresa FAMAHA COMÉRCIO DE DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DE LICITAÇÃO LTDA., por intermédio da constituição da licitante citada. Assim, não há indícios concretos de fraude capaz de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa licitante, nem, conseqüentemente, de obstar o andamento regular do certame ventilado.

A título complementar, traz-se à colação o posicionamento presente no seguinte trecho do Acórdão 1.831/14 – Plenário do TCU:

Voto:

(...)

6. Em meu modo de ver, três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:

- a) **a completa identidade dos sócios-proprietários;**
- b) **a atuação no mesmo ramo de atividades;**
- c) **a transferência integral do acervo técnico e humano.** (sem grifos no original)

Levando isso em consideração, in casu, a Administração careceria da presença de outros elementos capazes de evidenciar de forma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contundente a fraude por parte da empresa licitante, a se somarem àqueles que o pregoeiro apontou. Assim, não se pode sustentar a desconsideração da personalidade jurídica, não havendo irregularidade na habilitação ocorrida no procedimento em análise.

Caso a autoridade competente infira de forma diversa ao posicionamento do pregoeiro quanto a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, será imprescindível a instauração de procedimento administrativo para apuração minuciosa da conduta, observando o contraditório e ampla defesa.

Ademais, é importante destacar que a penalidade mencionada não é hipótese que impede a licitante DARLU de participar do certame, consoante se verifica no subtópico 4.3 do Edital 23/2021:

4.3. Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

(...)

e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário) (sem grifo no original).

Embora se entenda não ser o caso de desconsideração de personalidade jurídica, destaca-se que a autoridade superior, se assim entender, poderá encaminhar os autos ao Ministério Público, fornecendo informações escritas sobre o fato, a autoria e as circunstâncias em que se deu a ocorrência, ao qual competirá a promoção da respectiva ação penal, como pontuado pelo pregoeiro.

h) Recursos: Não houve.

13. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. É importante registrar que, mesmo restando **desertos e fracassados os itens acima citados** na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública (0762170). Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

17. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

18. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – DA CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0762171**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

25. No tocante ao pedido de revogação do Pregão Eletrônico nº 10/2021 sugerida pela SLC, ao final do seu Relatório (**0768293**), entende-se que não há óbice jurídico na prática deste ato, pois se trata de uma limitação do sistema Comprasnet, a qual foi explicada no tópico 3 do Relatório do pregoeiro.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens deserto e fracassados.

27. A Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 03/12/2021, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 03/12/2021, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0768293** e o código CRC **9CEA22A5**.

0000835-28.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0000835-28.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 23/2021 - Formação de Registro de Preços – contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de processamento de dados.

DESPACHO Nº 1694 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoхарifado (SEALM), com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almoхарifado deste Tribunal, no exercício de 2021 e 2022 ([0512589](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 23/2021 ([0753550](#)), realizado nas mesmas condições que o Pregão Eletrônico SRP nº 10/2021 ([0713340](#)), cuja sessão de abertura foi suspensa em razão da necessidade de revisão e retificação no TR e Edital, como se verifica no Despacho nº 937/2021 – PRES/DG/GABDG (0718390) e Aviso de suspensão publicado no DOU nº 139/2021 ([0718773](#)).

Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0760010](#)), a Ata do Certame ([0762170](#)), resultado por fornecedor ([0762173](#)), termo de adjudicação ([0762171](#)) e a comprovação de sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0762741](#)). Por fim juntou o Relatório nº 48/2021 -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0762588](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0762742](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes ALEX AUGUSTO FRAGA, CNPJ 40.849.731/0001-20, para os itens 09, 12 e 15 ([0761666](#)); DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 40.223.106/0001-79, para o item 13 ([0761670](#)); EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ 05.462.543/0001-44, para o item 5 ([0761673](#)); ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA, CNPJ 05.854.663/0001-97, para o item 4 ([0761664](#)); GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI, CNPJ 30.426.527/0001-43, para o item 11 ([0761678](#)); LSF COMERCIO E SERVICOS DE IMPRESSAO EIRELI, CNPJ 29.500.349/0001-74, para os itens 17 a 24 ([0761682](#)); M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES, CNPJ 10.934.762/0001-19, para os itens 02, 06, 07 e 08 ([0761684](#)); R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82, para o item 14 ([0761704](#)); e RRM SERVICOS E COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA, CNPJ 12.010.075/0001-32, para o item 16 ([0761704](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0762171](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens deserto e fracassados (Parecer Jurídico n. 223/2021 - evento [0768293](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0762170](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 23/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0760138](#)), e **REVOGO o Pregão Eletrônico SRP nº 10/2021**, tendo em vista que não foi possível republicar o edital ajustado com reabertura de prazo utilizando o mesmo "número de pregão", em razão de limitação do sistema Comprasnet em permitir realizar os ajustes no pregão publicado (e suspenso) para o conformar com os ajustes ocorridos no TR.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos, bem como registrar a revogação do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2021 no referido sistema.

À COMAP, para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 1 e 3 (fracassados) e 10 (deserto), com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 27 do Parecer Jurídico n. 223/2021 ([0768293](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 22/12/2021, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0769184** e o código CRC **AC284709**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos